

DIRETORIA-EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 4.751, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso da competência estabelecida no Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme Resolução nº 11, de 2017, e de acordo com a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas no Processo SF nº 00200.021557/2007-11, resolve:

Tornar sem efeito a Portaria da Diretoria-Geral nº 3.599, de 2017, publicada na página 52 do Diário Oficial da União de 28 de setembro de 2017, que alterou a fundamentação legal da aposentadoria da servidora NILDA MARIA MARTINS RIO BRANCO, Analista Legislativo/Administração, Nível III, Padrão S-45.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

PORTARIAS DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 00200.027810/2017-11, resolve:

Nº 38 - tornar sem efeito a Portaria da Diretoria-Geral nº 4799, publicada no Diário Oficial da União, dia 22/12/2017, Seção 2, que exonerou FLO-RIPIES DE ARAÚJO TEIXEIRA, matrícula nº 326668, do cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do órgão COMDIR/TRSECR - Terceira-Secretaria, a partir de 01/01/2018.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 00200.027811/2017-58, resolve:

Nº 39 - tornar sem efeito a Portaria da Diretoria-Geral nº 4801, publicada no Diário Oficial da União, dia 22/12/2017, Seção 2, que exonerou SERGIO RICARDO DOS SANTOS ROSA, matrícula nº 305562, do cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO, AP-10, do órgão COMDIR/TRSECR - Terceira-Secretaria, a partir de 01/01/2018.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 00200.027810/2017-11, resolve:

Nº 40 - exonerar FLORIPES DE ARAÚJO TEIXEIRA, matrícula nº 326668, do cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do órgão COMDIR/TRSECR - Terceira-Secretaria, e nomeá-lo para o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do órgão GABSEN/GSRROCHA - Gabinete do Senador Roberto Rocha.

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Ato da Diretoria-Geral nº 33, de 2017, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 00200.027811/2017-58, resolve:

Nº 41 - exonerar SERGIO RICARDO DOS SANTOS ROSA, matrícula nº 305562, do cargo, em comissão, de ASSISTENTE PARLAMENTAR INTERMEDIÁRIO, AP-10, do órgão COMDIR/TRSECR - Terceira-Secretaria, e nomeá-lo para o cargo, em comissão, de AJUDANTE PARLAMENTAR JÚNIOR, AP-01, do órgão GABSEN/GSRROCHA - Gabinete do Senador Roberto Rocha.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 1, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

designar SÍLVIA ALVES CAVALCANTE MONTEIRO, Analista Judiciário, Área Judiciária, para substituir o Assessor-Chefe, Nível CJ-3, da Assessoria de Plenário, da Secretaria-Geral da Presidência, no período de 8 a 17.1.2018.

MAURICIO CALDAS DE MELO

PORTARIA Nº 2, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar SÔNIA FERNANDES DA CRUZ, Analista Judiciário, Área Judiciária, para substituir a Coordenadora de Assuntos Judiciários, Nível CJ-2, da Corregedoria-Geral Eleitoral, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Revogar o art. 4º da Portaria nº 307, de 2 de junho de 2006, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 subsequente.

MAURICIO CALDAS DE MELO

PORTARIA Nº 3, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

designar ANA LÚCIA LOPES ZEREDO, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Arquitetura, para substituir o Coordenador de Engenharia e Arquitetura, Nível CJ-2, da Secretaria de Administração, no período de 2 a 7.1.2018.

MAURICIO CALDAS DE MELO

PORTARIA Nº 4, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e no caput do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

por solicitação da Senhora Ministra Rosa Weber, designa DANIELA FERNANDES DARÓS, Analista Judiciário, Área Judiciária, para substituir a Assessora-Chefe, Nível CJ-3, no período de 15 a 24.1.2018.

MAURICIO CALDAS DE MELO

PORTARIA Nº 8, DE 4 DE JANEIRO DE 2018.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.9.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar FERNANDA DE CASTRO E SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de Chefe de Seção de Planejamento, Nível FC-6, da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Art. 2º Designar RONALDO VILAR DE CASTRO SOUSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de Chefe de Seção de Planejamento, Nível FC-6, da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

MAURICIO CALDAS DE MELO

PORTARIA Nº 9, DE 4 DE JANEIRO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do art. 35 e no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria TSE nº 755, de 13 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Exonerar:
I - ALOÍSIO MAYWORM PEREIRA JÚNIOR, Analista Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de Assessor I, Nível CJ-1, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

II - RONALDO VILAR DE CASTRO SOUSA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de Coordenador de Planejamento e Orçamento, Nível CJ-2, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Art. 2º Nomear:
I - ALOÍSIO MAYWORM PEREIRA JÚNIOR, Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Planejamento e Orçamento, Nível CJ-2, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

II - FERNANDA DE CASTRO E SILVA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer o cargo em comissão de Assessor I, Nível CJ-1, da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

MAURICIO CALDAS DE MELO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 17.516, DE 3 DE JANEIRO DE 2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º DISPENSAR, com efeitos a contar de 01.01.2018, a servidora requisitada MAIANE OLIVEIRA BARBOSA, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 16ª Zona Eleitoral, com sede no município de Afuá, com fulcro no art. 35, I, da Lei nº 8.112/1990.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PORTARIA Nº 703, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso XXVIII, do Regimento Interno deste Tribunal e, considerando o contido no PAD sob n.º 15735, de 06 de dezembro de 2017, RESOLVE

Conceder Aposentadoria Voluntária à servidora ENILSE GUIMARAES JULIAO DE MIRANDA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Classe "C", Padrão 13 - Área de Atividade Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com fundamento no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112/90 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis da União, com proventos e vantagens previstos em lei, reajustados em paridade com os servidores em atividade.

Des. ADALBERTO JORGE XISTO PEREIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

PORTARIA Nº 1, de 2 de janeiro de 2018

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, inciso XLVII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve retificar a Portaria 385, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, para:

Art. 1º Exonerar MAGALY SILICANI CARDOSO CORRÊA do cargo em comissão Assessor I, nível CJ-1, do Gabinete da Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, a partir de 19/12/2017.

Art. 2º Remanejar o cargo em Comissão de Assessor I, nível CJ-1, do Gabinete da Diretoria Geral para a Assessoria Jurídica, a partir de 19/12/2017.

Art. 3º Nomear MAGALY SILICANI CARDOSO CORRÊA para o cargo em comissão Assessor I, nível CJ-1, da Assessoria Jurídica, a partir de 19/12/2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS EDUARDO CAUDURO PADIN

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 2, DE 2 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no PA. nº 24416/2017, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003, à servidora VALERIA MARIA COSME, matrícula 310.453, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermidiário, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990 c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o inciso II do art. 15 da Medida Provisória 2.225-45/2001; no art. 3º da Lei 8.911/1994 c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997; e na determinação judicial contida no Mandado de Segurança nº 2003.00.2.008895-7.

Desembargador MARIO MACHADO